

Atena
Editora
Ano 2021



Ciência Política: Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021



Ciência Política: Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-784-0

DOI 10.22533/at.ed.840211002

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O campo epistemológico das Ciências Políticas possui uma incremental evolução histórica nos últimos cinco séculos permeada por uma crescente absorção e replicação de métodos, teorias e conceitos para a análise do poder e das ações políticas, razão pela qual é identificado por uma pluralidade de influências e enfoques propositivos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment*” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das ciências políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fruto de um trabalho coletivo desenvolvido por um conjunto de praticamente duas dezenas de pesquisadoras e pesquisadores, oriundos das macrorregiões do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, bem como da Colômbia, este livro faz um imersivo estudo sobre distintas realidades políticas com base em diferenciadas experiências e formações profissionais ligadas diretamente ou indiretamente ao campo das Ciências Políticas.

Estruturado em 15 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Ciência Política até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes histórico-teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

Os diferenciados debates apresentados nesta eclética obra foram aglutinados em quadro grandes eixos temáticos, identificados respectivamente por relevantes agendas contemporâneas de estudos sobre as relações internacionais, relações intergovernamentais, aparelho de estado, sistemas de governança, bem como participação e contestação política.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Políticas, este livro traz significativos subsídios para analisar e interpretar a realidade contemporânea do local ao internacional, propiciando uma rica experiência teórica e metodológica para um amplo público de leitores.

Excelente leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AMÉRICA LATINA: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE COLONIAL Raphael Colvara Pinto DOI 10.22533/at.ed.8402110021	
CAPÍTULO 2	10
LE ÉLITE POLÍTICA COLOMBIANA Y EL DEBATE DE LAS REGALÍAS PARA CIENCIA Y TECNOLOGÍA. ¿DISTRIBUCIÓN DE UNA RENTA O DESARROLLO BASADO EN EL CONOCIMIENTO? Ricardo Gómez Giraldo DOI 10.22533/at.ed.8402110022	
CAPÍTULO 3	20
A CONSTRUÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL PARA REFUGIADOS: DESAFIOS E OBSTÁCULOS EXISTENTES NO BRASIL Camila Santos Barros Moura DOI 10.22533/at.ed.8402110023	
CAPÍTULO 4	31
COMO LEGITIMAR UMA OCUPAÇÃO: A INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE NA PERSPECTIVA DA VEJA (2003) Juan Filipi Garcês DOI 10.22533/at.ed.8402110024	
CAPÍTULO 5	41
QUEM SE IMPORTA COM TAIWAN? NOVAS PERSPECTIVAS Vinícius Azevedo Barbosa DOI 10.22533/at.ed.8402110025	
CAPÍTULO 6	53
LEGITIMIDADE ESTATAL E DILEMAS DA MODERNIDADE. A MCDONALDIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO E OS SEUS IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL Sérgio Czajkowski Júnior DOI 10.22533/at.ed.8402110026	
CAPÍTULO 7	65
IDEIAS E INTERESSES NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS GOVERNOS ESTADUAIS Vinicius Boechat Tinoco DOI 10.22533/at.ed.8402110027	
CAPÍTULO 8	77
A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO NA ESFERA LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO (PARÁ) NOS GOVERNOS JANDIRA (2005-2008) E SACI (2009-2012) Marcos Antonio Barros Pina Junior	

Fabio Alessandro Xavier de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8402110028

CAPÍTULO 9..... 95

A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA E DE SEUS MUNICÍPIOS - UMA CONTRIBUIÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Francisco Carlos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8402110029

CAPÍTULO 10..... 111

INTERSETORIALIDADE, CONTROLE PÚBLICO E SAÚDE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ATORES DA DÉCIMA QUINTA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Eduardo Moreira da Silva

Danúbia Godinho Zanetti

Ciro Antônio da Silva Resende

DOI 10.22533/at.ed.84021100210

CAPÍTULO 11..... 128

A OFENSIVA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: METAMORFOSES DO “TERCEIRO SETOR”

Adelaide Ferreira Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.84021100211

CAPÍTULO 12..... 141

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ATRAVÉS DO DISCURSO DE ÓDIO E DA POLARIZAÇÃO NA DEMOCRACIA

Ana Paula Schneider da Silva

Fernanda Viana Falkoski

DOI 10.22533/at.ed.84021100212

CAPÍTULO 13..... 146

NEM TODA LEGALIDADE É JUSTA, NEM TODO ESTADO É DE DIREITO DEMOCRÁTICO: O GOLPE DA JUSTIÇA INÍQUA, PARCIAL E ARBITRARIA

Nila Michele Bastos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84021100213

CAPÍTULO 14..... 153

MINERAÇÃO E CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA EM CANAÃ DOS CARAJÁS: O CASO DO ACAMPAMENTO PLANALTO SERRA DOURADA

Marcelo Melo dos Santos

Thiago Martins da Cruz

Rafael Rodrigues Lopes

DOI 10.22533/at.ed.84021100214

CAPÍTULO 15..... 165

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÔMICO ENTRE GAROTAS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

João Victor Mendes Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.84021100215

SOBRE O ORGANIZADOR..... 176

ÍNDICE REMISSIVO..... 177

CAPÍTULO 4

COMO LEGITIMAR UMA OCUPAÇÃO: A INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE NA PERSPECTIVA DA VEJA (2003)

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 25/12/2020

Juan Filipi Garcês

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/4304005319373334>

RESUMO: Nosso artigo propõe uma análise da intervenção estadunidense no Iraque na visão da revista Veja no ano de 2003, bem como os mecanismos que ela utilizou para veicular suas matérias, entendendo que as revistas são um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social. Ficou perceptível que a Veja mostrou uma postura favorável à intervenção, mostrando claramente a postura neoliberal sobre o episódio, defendendo um posicionamento que estava de acordo com a proposta do seu corpo editorial. Mostraremos, em um primeiro momento, formas de utilizarmos as revistas como fontes históricas, explorando algumas metodologias. Em seguida caminharemos para uma descrição e discussão bibliográfica acerca da Revista Veja, um pequeno debate acerca da intervenção no Iraque. Após esses três procedimentos, partiremos para a análise das fontes, mostrando como a Veja não poupou esforços para legitimar a intervenção no Iraque.

PALAVRAS-CHAVE: Revistas, Veja, Iraque, Intervenção.

HOW TO LEGITIMIZE AN OCCUPATION: THE US INTERVENTION IN IRAQ FROM THE PERSPECTIVE OF VEJA (2003)

ABSTRACT: Our article proposes an analysis of the US intervention in Iraq in the vision of Veja magazine in 2003, as well as the mechanisms it used to convey its articles, understanding that magazines are a tool for manipulation of interests and social intervention. It was noticeable that Veja showed a favorable posture to the intervention, clearly showing the neoliberal posture about the episode, defending a position that was in accordance with the proposal of its editorial staff. We will show, in a first moment, ways to use the magazines as historical sources, exploring some methodologies. Then we will walk to a description and bibliographical discussion about Veja Magazine, a small debate about the intervention in Iraq. After these three procedures, we will go to the analysis of the sources, showing how Veja spared no efforts to legitimize the intervention in Iraq.

KEYWORDS: Magazines, Veja, Iraq, Intervention.

1 | REVISTAS COMO FONTES HISTÓRICAS

Cada documento utilizado pelos historiadores para os estudos de suas problemáticas apresenta peculiaridades, tornando-se importante analisar, antes de entrar no ponto chave da pesquisa, essas particularidades e como utilizá-las como objetos de análises. Tendo conhecimento dessas questões, esse capítulo tem como

objetivo dissertar as questões teórico-metodológicas que serão utilizadas na pesquisa para trabalhar a revista como fonte histórica.

É preciso ter em mente que a revista, antes de tudo, é um meio midiático que visa atingir determinados públicos, dependendo dos objetivos específicos de cada uma. Por ela ser um meio midiático e estar carregada de interesses internos, torna-se importante esclarecer que nenhum delas era neutra, por mais que se identificasse como tal, pois os responsáveis pelas matérias e pelas revistas possuíam opiniões e sempre as transpareceram sobre o assunto em questão, mesmo que tentasse não fazer. De acordo com Felipe Reis Melo:

Independente da posição assumida por qualquer meio de comunicação ("imparcial", "objetivo", "isento", "independente", "direita", "esquerda"), nenhum deles é neutro, pois não existe o observador neutro. Toda matéria sofre influência dos valores de quem a escreve, de quem filma ou fotografa as imagens, de quem faz a edição e, finalmente, de quem lê, vê ou ouve a notícia (2006, p. 3).

Quando alguém observou algum acontecimento, este analisou e julgou de acordo com a carga social e cultural que adquiriu no decorrer da vida. O mesmo aconteceu quando se publicou um artigo em algum meio de comunicação ou quando algum administrador definiu o conteúdo que sua revista difundirá. Por isso, foi de suma importância, ao analisar uma revista, verificar a que público se destinava, qual foi a sua relação com o mercado e quais foram os seus colaboradores. Estas questões podem definir o posicionamento ideológico e político do objeto de análise, bem como o poder de divulgação de seu conteúdo.

De acordo com Tânia Regina de Luca, todos os elementos presentes nas revistas são importantes para analisar uma revista, pois:

O conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetos propostos, do público a que se destinava, e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para entender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/ página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela sociedade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, forma de utilização e padrões estéticos (2011, p. 2)

Dependendo do periódico, alguns desses elementos podem não estar presentes ou serem apresentados de outra forma. Muitas revistas podem disponibilizar os seus acervos na internet, excluindo a análise do tipo de papel e a qualidade de impressão, por exemplo. No entanto, a ausência de alguns desses pontos também podem estar dotados de historicidade.

Podemos verificar esses pontos analisando a revista *Veja*. Além de fabricar exemplares que são publicados semanalmente nas bancas, ela disponibilizou um acervo digital, permitindo que seus leitores tenham outra opção para acompanhar suas revistas.

Quando o acervo foi disponibilizado digitalmente, aumentou o acesso ao conteúdo, logo, podem-se ter tipos variados de leitores. No entanto, isso não tornou o periódico mais neutro ou sem interesse em atingir determinados grupos com suas publicações. Toda revista têm o seu lugar na sociedade, tornando-se necessário analisar o ambiente ocupado por ela na vida das pessoas. As construções de suas identidades estão relacionadas a uma sociedade de consumo, algo que surgiu no decorrer do século XX, quando os periódicos resolveram se adaptar às questões do mercado, como aponta Maria Celeste Mira (1997, p. 13).

A publicidade contribuiu bastante para essas questões. Grande parte da renda das revistas foi proveniente de anúncios que realizavam propagandas sobre determinados produtos e/ou empresas. Esses pontos mostraram se a revista estava ou não ligada às lógicas de mercado, além de determinar, em muitos casos, os grupos que as patrocinam.

Assim como os editores, os patrocinadores poderiam determinar os limites da crítica, pois os meios de comunicação adquiriam uma dependência financeira da publicidade por estarem inseridos na lógica de uma sociedade de consumo, que precisava de dinheiro para manter suas publicações, como aponta Felipe Reis Melo (2006, p. 4). Os editores acabaram concordando com as limitações postas, devido a esta dependência.

Nota-se que todos os elementos presentes na revista são selecionados por um conjunto de escolhas de acordo com determinados interesses. As iconografias não escapam a esta regra. Segundo Baptista e Abreu, a *Semana Ilustrada* trouxe, em 1864, cenas do campo de batalha da Guerra do Paraguai, a guerra imperial contra Solano López (BAPTISTA; ABREU, 2001). Isso mostra que, em muitos casos, as iconografias não estão presentes meramente para ilustração, mas também para cumprir uma função na publicação, e também serem usadas com viés político.

A revista não poderia ser considerada somente uma afirmação de análise, mas também como um meio de intervenção social. A melhor maneira para seguir esse caminho foi inseri-la dentro da lógica de mercado para verificar todos os mecanismos que contribuíram para a propagação de determinado periódico, como já foi citado no texto.

Importante ressaltar que essa perspectiva foi válida somente quando analisamos as revistas a partir de 1960, como aponta Tânia Regina de Luca, pois somente a partir desse período a lógica capitalista influenciou a publicação das revistas (LUCA, 2011, P. 122). Isso ocorreu porque as questões de publicidade e propaganda não estavam consolidadas nas revistas.

As revistas de modo geral são instrumentos que noticiam, defendem e encaminham ações de sujeitos. Por isso, foi importante analisar os posicionamentos defendidos pelas editoras e como elas se relacionaram com a sociedade, pois, como bem apontou Carla Luciana Silva, a imprensa em geral apareceu como defensora da liberdade de opinião, mas na verdade ela existiu como um sujeito político construtor de consenso e hegemonia (2006, p. 26)

2 I REVISTA VEJA: UMA DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Este item tem como objetivo discutir a atuação da Veja no cenário brasileiro. A proposta foi entender como ela influenciou a conjuntura do país com as suas matérias e a posição ideológica tomada diante do contexto em que estava inserida.

Veja pertence à Editora Abril, editora criada em 1950 por Victor Civita, período em que a lógica de mercado foi incorporada em muitas revistas. Com isso, as revistas passaram a se colocar como empresas. A influência das concepções empresariais facilitou a atuação dos interesses hegemônicos no jornalismo nacional, que não só acarretou a modernização das empresas e dos textos, como também a “profissionalização dos jornalistas e da constituição de todo um ideário sobre o que era jornalismo e qual era a sua função social” (DA SILVA, 2006, p 39).

Em decorrência disso, a revista deixou de ser um espaço políticoliterário, como era no século XIX e início do XX, e passou a ser definida como um espaço neutro e independente. A partir de 1950, a lógica seguida era que as informações deveriam ser propagadas exatamente como elas aconteceram. Foi com essa mentalidade que, em 1968, criou-se a revista Veja. No entanto, como foi visto anteriormente, a neutralidade não existe nos meios de comunicação. A imprensa deixou o caráter político para se tornar informativa, mas ela utilizou de mecanismos para esconder suas ações partidárias e legitimar suas ações.

Para Carla Luciana Silva, Veja pode ser considerada um partido neoliberal. A palavra “partido” pode causar confusão quando colocada sem uma problemática, pois ela está intrinsecamente atrelada ao político. No entanto, a autora esclareceu a utilização do termo no seguinte trecho:

Eles apontam caminhos (rumos, norte) promovendo debates, assumindo para si o papel dirigente de classe, também por ser a ela atribuído o papel de organizar a “agenda coletiva”. Mas isso não implica em filiação a um partido formal, pois “a imprensa é partidária, não no sentido de defender este ou aquele partido, mas no de ter um programa a defender (DA SILVA, 2006, p. 33).

Mesmo não existindo a neutralidade nos meios de informação, foi importante para Veja manter essa ideia. Em nenhum momento ela definiu sua posição partidária, mas suas matérias mostraram uma lógica neoliberal quando expôs a necessidade de comprar, consumir e desejar as grandes marcas, sem questionar que a riqueza não existiria sem a exploração dos trabalhadores (DA SILVA, 2008, p.89).

Para excluir a luta de classes e os movimentos de esquerda que reivindicavam os direitos dos trabalhadores, Veja utilizou a lógica do “Não há alternativa”. Para a revista, a única liberdade possível seira o livre-mercado, ou seja, a liberdade de comprar e escolher os produtos e serviços. A conclusão final foi que não há alternativa, senão se adequar ao sistema liberal. De acordo com Maria Ribeiro do Valle, Veja contribuiu, assim,

para o fechamento da possibilidade de fazer crítica à sociedade regida pelos valores de mercadoria, determinando as necessidades individuais e coletivas e combatendo qualquer tipo de oposição ao sistema político e econômico do mercado (VALLE, 2012).

Esse ponto ficou claro quando a revista tentou desqualificar todos os movimentos de contestação capitalista fortemente presentes na década de 1990. Segundo Carla Luciana Silva:

Toda a prática discursiva de Veja busca mostrar o mundo capitalista de forma naturalizada, descaracterizando as lutas sociais e apresentando um mundo fictício onde apenas o esforço individual (ou a sorte) apareça como alternativa às dificuldades do mundo "globalizado". A opção preferencial da revista com relação a tudo que fuja dessa lógica é o simples ocultamento, ou seja, o silêncio sobre o movimento contestatório (DA SILVA, 2007).

Percebeu-se que Veja invalidou qualquer movimento que caminhasse contra a lógica de mercado imposta por ela, mas em nenhum momento defendeu qualquer partido político. Sua intenção foi contribuir para a propagação das vantagens da economia de mercado, mas ocultar qualquer envolvimento político de sua parte. O próprio Roberto Civita, filho de Victor Civita e criador da Veja, confirmou isso:

A Abril vem se batendo há 30 ou 40 anos pelo caminho da economia de mercado, da abertura de fronteiras, da globalização da livre iniciativa. O papel da imprensa não é ir trabalhar nos bastidores nem chegar ao ministro X e pressioná-lo; mas, sim, colocar as coisas para o leitor, tentando mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes (CIVITA, s.d. Op. Cit. Mira, 1997, p. 122)

A revista se posicionou diante dos acontecimentos e também acerca da situação que estava analisando, mas sempre utilizando do discurso da neutralidade, expondo como objetivo principal "colocar as coisas para o leitor". É importante entender como a Veja se construiu ao longo dos anos, sempre construindo o discurso de neutralidade. Não foi preciso apoiar diretamente um partido político para tomar e defender uma posição ideológica. O jornalismo, como foi visto, dispõe de mecanismos que ocultam o caráter partidário da informação, dando o falso sentido de imparcialidade.

3 I ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A GUERRA DO IRAQUE

Inicialmente, o governo estadunidense não recebeu apoio da opinião pública nem da comunidade internacional. Desde a Guerra do Golfo, com a aplicação de sanções contra o país, o Iraque perdera qualquer chance de agressão e projeção de poder externo a nível regional e global; e os custos políticos, estratégicos e econômicos eram considerados elevados para uma intervenção (PECEQUILO, 2003, p. 403).

No entanto, o Departamento de Defesa questionava essas afirmações. Para eles, a intervenção seria uma operação fácil e rápida, e o exército dos Estados Unidos seria

muito bem recebido. Uma intervenção no Iraque era essencial para fortalecer o poder e a influência estadunidense na região, principalmente pela exploração de petróleo. No entanto, no Conselho de Segurança, somente a Grã Bretanha apoiava essa ação estadunidense, e isso não era suficiente para garantir uma resolução contra o Iraque.

Em meio a essa conjuntura, o argumento da existência de laços entre Saddam Hussein e a Al-Qaeda foi retomado com o intuito de conseguir apoio popular. Mesmo sem dados que a comprovasse, a acusação atingiu o seu objetivo: 45% dos norte-americanos acreditavam que Hussein (e não Bin Laden, ou uma suposta aliança entre eles) teria sido o único responsável pelo 11 de setembro; e mais de 70% dos norte-americanos aceitaram o conflito como importante diante da definição do Iraque como um risco real e imediato (PECEQUILO, 2003, p. 405).

Porém, ainda não tinham o apoio da ONU, fazendo com que, em setembro de 2002, fosse publicado um documento intitulado Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, também conhecido como Doutrina Bush, um conjunto de princípios e métodos adotados pelo presidente George W. Bush após o atentado de 11 de setembro para combater qualquer ataque terrorista. Caso fosse necessário, a doutrina reservava o direito a ataques preventivos contra países que ameaçassem seus interesses e de seus aliados (RESENDE, 2006).

A Doutrina Bush acabou dando mais autonomia ao governo estadunidense, facilitando que, em outubro, a Resolução de Guerra contra o Iraque fosse aprovada: 296 a 133 na Câmara e 77 a 23 no Senado, sem que fossem impostos constrangimentos à ação presidencial. A Resolução acabou pressionando a ONU – que inicialmente não aprovava uma intervenção no Iraque –, fazendo com que o Conselho de Segurança da mesma aprovasse por unanimidade uma nova resolução sobre o Iraque, a 1441. De acordo com Pecequilo, a resolução não era clara, podendo ser interpretada de diversas maneiras:

ela estabelecia que o Iraque sofreria “sérias consequências caso não concordasse com seus termos, determinando-se uma ação decisiva do CS para assegurar a paz e a segurança internacional. Não se especificava o que se entendia por “sérias consequências” e nem “ação decisiva”, daí a emergência das interpretações que variavam de acordo com o interesse dos envolvidos. Para os contrários à invasão, isso indicava a necessidade de uma resolução adicional para a guerra; para os Estados Unidos, ela a legitimava (PECEQUILO, 2005, p.408).

O Iraque cumpriu as demandas da resolução, embora oscilasse entre provocações abertas aos Estados Unidos e a ONU. No entanto, o país negava a posse de qualquer arma de destruição em massa ou intenção de desenvolvê-las de forma secreta, o que era contestado pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Essa recusa de Hussein foi utilizada como justificativa para uma intervenção no Iraque, pois as supostas armas de destruição em massa poderiam abalar a paz mundial. George Bush deu um prazo de 48 horas para Hussein se render e entregar as armas de destruição em massa, caso contrário,

o país seria invadido, o que não foi cumprido, acarretando em uma intervenção liderada pelos Estados Unidos, em 19 de março de 2003. Ficou claro que os Estados Unidos se aproveitaram do atentado para legitimar suas ações com a chamada “guerra contra o terror”, utilizando de mecanismos para ofuscar seus verdadeiros interesses.

4 I VEJA E A LEGITIMAÇÃO DA INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE

Inicialmente, para legitimar a guerra do Iraque, Veja. Apontou para os problemas que esta poderia causar à economia estadunidense e lembrou que havia pouco apoio dos outros países sobre uma intervenção na região (VEJA, ed. 1786, p. 73-77). No entanto, ainda assim se observou o discurso pró-estadunidense caso a guerra acontecesse:

A certeza da vitória é tão inabalável que o pós-guerra também está traçado. O atual presidente vai fazer o que o pai evitou em 1991: assumir a responsabilidade por derrubar Saddam, governar o país durante um período interino e evitar que os iraquianos se esfaquem ou partilhem o país (Ibidem).

Percebeu-se no trecho que Veja foi favorável à intervenção no Iraque, destacando que os iraquianos seriam incapazes de manter a paz no país caso os Estados Unidos não governassem o país do Oriente Médio por um determinado período. Para destacar esse pensamento, Veja ainda comenta:

As imensas reservas de petróleo serão um maná para as empresas americanas do ramo e, suspenso o embargo, para a própria recuperação do Iraque. Imagine um Iraque livre das atrocidades de Saddam, produzindo plenamente e com um projeto democrático. Parece bom demais para ser verdade. Mas é um sinal de esperança no momento em que o país se prepara para ver, de novo, mais morte e destruição (Ibidem).

Nesse trecho, ficou claro que a revista defendeu uma intervenção que atingisse os interesses estadunidenses. Para Veja, somente os Estados Unidos poderiam levar a democracia para o Iraque. Uma guerra se tornaria legítima, mesmo com morte e destruição, desde que seguisse os interesses do governo estadunidense. No entanto, a opinião sobre o assunto oscilou entre as matérias. Veja questionou as atitudes de George W. Bush diante da situação, muitas vezes o chamando de vilão da vez, que desejava uma guerra a qualquer custo (VEJA, Ed. 1796, p. 44).

Mesmo questionando algumas atitudes de Bush, Veja se utilizou de mecanismos para defender as ações estadunidenses. A mídia usa expressões e eufemismos para suavizar ou condenar posições, e em Veja não foi diferente. Quando se referem a Saddam Hussein, apareceram expressões que denegriam a imagem dele, como por exemplo, “o ditador iraquiano”. Porém, quando tratavam de Bush, as expressões utilizadas são “o governo americano”, ou “os guerreiros de Washington” (VEJA, Ed. 1787, p. 62-62)

Para fortalecer essa opinião de Saddam, a revista reservou uma matéria extensa explicando como um “ditador” se manteve no poder após provocar duas guerras (VEJA,

ed. 1788, p. 63). O número de vezes que apareceu a palavra “ditador” é fora do comum. Observou-se atentamente que Veja tentou destacar a imagem de um Iraque sendo governado por um ditador, por meio de expressões fortes: *O ditador governa o país como se fosse um chefe tribal. Valores como patriarcalismo, a truculência e a devoção à família foram decisivos em sua formação* (VEJA, Ed. 1788, p. 70)

Quando a revista mencionou Bush ou as tropas americanas, as expressões mudam de significado. Assim como a grande maioria das mídias conservadoras, Veja apostava em uma vitória rápida e benéfica para a população iraquiana, destacando inclusive a 101ª Divisão aerotransportadora, mencionando que esta estava presente em todas as campanhas militares dos Estados Unidos: *é possível que em poucos dias os soldados da 101ª estejam em Bagdá, com Saddam Hussein morto ou desaparecido, seu regime desmanchado e multidões de iraquianos saudando os libertadores*. (VEJA, Ed. 1789, p. 46).

Nesse trecho, Veja destacou o exército dos Estados Unidos como forte e libertador, apostando em uma vitória rápida caso ocorresse uma guerra contra o Iraque. Mesmo em alguns momentos afirmando que a guerra poderia causar mais problemas do que benefícios, Veja não deixou de colocar os Estados Unidos como um país justo e democrático. Quando questionava alguma ação do país, os termos usados procuravam diminuir a culpabilidade do governo estadunidense: *Seria o cúmulo da ironia se a Guerra ao Iraque, feita em última instância para combater o terror fundamentalista, abrisse caminho a uma vitória dos fanáticos do turbante nas urnas* (VEJA, Ed. 1792, p. 55).

Ainda que fosse questionável uma intervenção no país, Veja reduziu os interesses dos Estados Unidos na região. Para ela, os Estados Unidos não estavam interessados no petróleo, pois o país não precisava deles (VEJA, Ed. 1791, p.45). Para a revista, a intervenção era duvidosa, mas as intenções estadunidenses eram boas, pois desejava levar a democracia para o Iraque. Porém, quando ocorreu a invasão, a guerra não parecia viável até para a revista com um pensamento neoliberal. A revista não se posicionou contra a deposição de Hussein, mas questionou os motivos da escolha de Bush:

Há várias razões certas para investir na derrubada da ditadura de Saddam Hussein, no Iraque. O presidente americano George W. Bush escolheu a errada: ele resolveu fazer uma guerra contra um país inteiro, o Iraque, sob o pretexto de estar conduzindo uma cruzada do bem contra o mal, da democracia contra a ditadura, de Deus contra Satã (VEJA, Ed. 1794, p. 46)

Mesmo para uma revista conservadora, a intervenção do Iraque não apresentava ser uma boa opção. Ainda que legitimasse a “democracia” estadunidense, ainda que reduzisse as críticas a Saddam Hussein apenas como ditador, Veja não apostava que uma intervenção seria benéfica. No entanto, Veja continuou diminuindo os erros dos Estados Unidos. Quando a guerra mostrou não ser tão curta como o governo de Washington pensava, a revista colocou uma matriz negativa na reação iraquiana ao ataque:

O novo cenário é ainda mais sombrio: o conflito pode se prolongar por meses. Nessa situação, é inevitável que morra um número maior de soldados civis que o previsto numa guerra de curta duração, de uma ou duas semanas. Com o habitual exagero retórico dos políticos árabes ameaçam os Estados Unidos com uma carnificina nos moldes do conflito entre Iraque e o Irã, que deixou 1 milhão de mortos nos anos 80 (VEJA, Ed. 1796, p. 44)

A reação dos iraquianos à intervenção dos Estados Unidos foi colocada como exagerada e retórica pela Veja, não a considerando como uma resposta pela presença do país na região, mesmo com provas frágeis apresentadas pelo governo estadunidense para a invasão. Para Veja, a vitória das tropas estadunidenses era uma questão de tempo, e a revista insistia em destacar a intenção dos Estados Unidos de reconstruir o país após a derrota de Saddam Hussein, levando a democracia para uma região atrasada, como aponta no trecho: *Uma democracia para valer em Bagdá teria o impacto de uma revolução no Oriente Médio. O que se tem por lá são partidos únicos, monarquias feudais e sombrios regimes islâmicos* (VEJA, Ed. 1797, p. 44).

Percebeu-se que a revista, mesmo apontando alguns equívocos sobre a Guerra do Iraque, ainda defendia as intenções dos Estados Unidos, muitas vezes suavizando os equívocos cometidos pelo país ou afirmando que “era por uma boa causa”. Os questionamentos pesados foram para o exército e as atitudes do Iraque, e as mais leves para o governo estadunidense.

A revista tomou certos cuidados com as expressões utilizadas para não expor a sua posição com convicção. As atitudes dos Estados Unidos eram questionáveis, e as acusações ao governo iraquiano eram muito frágeis, sendo assim, a revista não poderia tomar a mesma estratégia utilizada anteriormente para legitimar uma ação estadunidense.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Iria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. **História das revistas no Brasil: Um olhar sobre o segmentado mercado editorial.** Revista Científica Plural. Tubarão, ed 004, p. 1-21, julho. 2010

BARELLA, José Eduardo. O califado do medo. Revista Veja, ed 1788, n. 3, 05/02/2003.

DA SILVA, Carla Luciana. **A retórica do “não há Alternativas” como face da luta de classes:** Um estudo sobre a Revista Veja nos anos 1990. Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3aedicao/lr3-3-carla.pdf >. Acesso em 1º de maio de 2014.

_____. **A Revista Veja e o governo Itamar Franco.** Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/carla.pdf >. Acesso em 1º de maio de 2014.

_____. **Estudando a imprensa para produzir história.** Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/.../carlalucianasilva.pdf >. Acesso em 30 de abril de 2014.

- _____. **O admirável mundo de Veja**: influências sociais de uma revista de informação. *História Actual On-Line*, v. 15, p. 89- 105, 2008.
- _____. **Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. 652f. Tese (Doutorado em História) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/ UNIOESTE, Niterói, 2005.
- MELO, Felipe Reis. **Mídia como instrumento de controle social**. *UNRevista (UNISINOS. Online)*, v. 1, p. 1-9, 2006.
- MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: O caso da editora Abril. 1997. 359 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1997.
- KLINTOWITZ, Jaime. **Guerreiros de capacetes furados**. *Revista Veja*, ed. 1797, n.14, 09/04/2003.
- _____. **Rumo a Bagdá**. *Revista Veja*, ed. 1796, n.13, 02/04/2003.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bazanezi. (Org). **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.
- PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- RESENDE, Erica Simone A. **A Doutrina Bush Revista**: o segundo tempo de uma mesma partida. Disponível em: < <http://biblat.unam.mx/pt/revista/cena-internacional/articulo/a-doutrina-bush-revista-osegundo-tempo-de-uma-mesma-partida> >. Acesso em 14 de dezembro de 2020.
- S/A. **A Arma supersecreta**. *Revista Veja*, ed 1787, n. 3, 29/01/2003.
- S/A. **Bush está em guerra**. *Revista Veja*, ed 1788, n. 3, 05/02/2003.
- S/A. **Potência isolada**. *Revista Veja*, ed. 1794, n.11, 19/03/2003.
- S/A. **Sem título**. *Revista Veja*, ed 1792, n. 9, 12/02/2003.
- S/A. **Tudo pronto para a Guerra**. *Revista Veja*, ed 1786, n. 3, 22/01/2003.
- VALLE, Maria Ribeiro do. 1968-2008: **O Veja “Way of Life”**. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, São Paulo , v. 35, n. 2, Dec. 2012 . Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442012000200007&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 15 ago. 2013
- GRIZINSKY, Vilma. **Quem é o inimigo?** *Revista Veja*, ed. 1791, n. 8, 26/02/2003

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 113, 115, 116, 117, 121, 122, 125, 127, 133, 135

América Latina 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 115, 116, 132, 136, 139

B

Brasil 2, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 89, 93, 98, 99, 110, 118, 127, 128, 130, 131, 137, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 162, 163, 168, 169, 174

Burocracia 53, 54, 57, 58, 63, 68, 75

C

Capitalismo 3, 17, 19, 55, 56, 57, 59, 63, 129, 133, 162, 170

Carajás 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164

China 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55

Colômbia 10, 11

Colonialidade 1, 2, 3, 8, 9

Conflitos 42, 43, 50, 79, 92, 135, 138, 153, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 163

Controle social 4, 40, 111, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 137

D

Democracia 5, 8, 37, 38, 39, 74, 75, 115, 118, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Desigualdade 3, 6, 101, 130, 133, 135, 148, 168, 173, 174

Discurso 4, 6, 8, 10, 35, 37, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145

E

Educação básica 128, 129, 131, 134, 136

Eleições 44, 48, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 116, 144

Elite 2, 4, 6, 10, 11, 148, 150, 151

Estado 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 44, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 69, 73, 74, 76, 81, 82, 93, 97, 98, 99, 114, 115, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 161, 162

Estado de exceção 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Estados Unidos 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 78, 137

Executivo 68, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 108, 138, 151, 154

G

Gênero 3, 132, 165, 166, 167, 169, 171, 173, 174, 175

Globalização 1, 4, 5, 6, 8, 35, 133, 170

Golpe 146, 147, 149, 150, 151, 152

Governo 7, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 112, 113, 117, 135, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 167

Guerra 22, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 48, 137

I

Independência 8, 41, 45, 46, 47, 49, 90

Instituições 1, 2, 4, 5, 24, 26, 28, 29, 48, 49, 54, 65, 66, 70, 73, 76, 108, 109, 113, 115, 116, 126, 132, 135, 137, 138

Intersetorialidade 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 126, 127

Intervenção 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 46, 89, 126, 129, 136

Iraque 31, 35, 36, 37, 38, 39

J

Jovem aprendiz 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174

Justiça 8, 23, 146, 147, 148, 151, 159, 171

L

Legislativo 77, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 108, 135, 151

Legitimidade 1, 3, 7, 53, 54, 55, 56, 62

M

Mcdonaldização 53, 55, 59, 60, 61, 62, 63

Mentalidade 7, 10, 11, 34

Mercado de trabalho 24, 26, 27, 74, 117, 129, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174

Mineração 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163

Modernidade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 53, 54, 55, 56, 63, 64

Movimentos sociais 115, 116, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 154, 171

O

Ódio 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150

ONG 136, 137, 166

ONU 24, 29, 36, 42, 45, 46, 52, 173, 175

P

Participação 7, 24, 27, 28, 29, 57, 62, 63, 73, 81, 91, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 131, 133, 134, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 174

Poder(es) 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 32, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 48, 49, 56, 58, 63, 67, 77, 78, 79, 86, 88, 89, 90, 94, 108, 115, 131, 133, 138, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 152, 156, 170

Polarização 82, 141, 142, 143, 144, 145

Políticas públicas 20, 21, 29, 53, 69, 73, 76, 89, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 137, 138, 139, 175, 176

R

Racionalidade 3, 53, 60, 62

Reformas administrativas 65, 66, 69, 71, 73, 76, 83

Refugiado(s) 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Refúgio 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30

Regime internacional 20, 21

S

Saúde 21, 24, 25, 26, 27, 29, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 133, 136, 139, 144, 148, 153, 171

Sociedade 1, 6, 7, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 69, 74, 75, 92, 114, 115, 118, 124, 126, 127, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 163, 165, 176

SUS 13, 16, 17, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 125, 126, 127

T

Taiwan 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Terceiro setor 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

V

Veja 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 134

W

Weber 17, 19, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 94

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ciência Política: Poder e Establishment

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ciência Política: Poder e Establishment